

Democracia radical, pluralismo agônico, neo-pragmatismo: O debate Mouffe vs. Rorty*

Francisco Matheus Guerreiro de Freitas**

O projeto democrático defendido por Chantal Mouffe, de democracia radical e plural, tem como objetivo principal a radicalização do pluralismo, dissociando da concepção de democracia temas como o universalismo, individualismo e racionalismo, possibilitando assim um maior aprofundamento da revolução democrática e a contemplação articulada da multiplicidade de lutas democráticas em torno de gênero, classe, etnia, entre outros. Buscamos neste artigo identificar as principais contribuições, bem como as deficiências, da abordagem pragmatista de Richard Rorty, para o projeto político de Mouffe. Para tanto tomamos como referência principal a obra *Desconstrução e Pragmatismo*, organizada por Mouffe, com participação de Jacques Derrida, Richard Rorty, Ernesto Laclau e Simon Critchley.¹, E levamos em consideração a concepção da natureza do político expressa por Chantal Mouffe em sua obra *O Regresso do Político*.

Assim como Richard Rorty, Chantal Mouffe rejeita qualquer pretensão de justificar a democracia através de uma concepção racionalista, universalista, e assume desenvolver seu projeto democrático em uma perspectiva antiessencialista. Isto porque afirmar uma essência

* Este trabalho resulta das discussões do grupo de pesquisa Poética Pragmática, da UFBA, orientadas pelo Prof. Dr. José Crisóstomo de Souza.

** Graduado em filosofia, membro do Grupo de Estudos Poética Pragmática. E-mail: matheus.guerreiro@gmail.com.

1. O livro, cuja tradução espanhola utilizamos aqui, foi publicado originalmente em inglês (*Deconstruction and pragmatism*, New York: Routledge, 1996), resultou de um simpósio no Collège International de Philosophie de Paris, em 1993, voltado entre outras questões para a contribuição do desconstrucionismo de Derrida e do pragmatismo de Rorty a uma teoria não-fundacionista da democracia.

do político seria entrar em contradição com aquilo que o constitui, a saber, o antagonismo e o seu caráter irredutível. Afirmar uma essência do político, racionalizá-lo ou limitá-lo a uma instituição ou esfera da sociedade, seria calar as diversas vozes marginalizadas que clamam por escuta e atendimento as suas reivindicações, e, conseqüentemente, aumentar a desigualdade social e relegar como patológicos os diversos movimentos democráticos em torno de gênero, raça, sexo e etc., que eclodem a todo instante em nossa sociedade.

Assim justifica-se a tentativa de Chantal Mouffe de construir um projeto democrático pluralista que leve em consideração o caráter antagônico/agonístico irredutível do político (de modo que não venhamos a acreditar em um mundo sem conflitos), e busque contemplar as classes e grupos até então marginalizados, bem como dar vozes aos movimentos democráticos que representam os diversos anseios dos sujeitos pulverizados na sociedade.

Nosso artigo está estruturado em três partes, com a estrita finalidade de tornar a leitura o mais clara possível. No primeiro momento, apresentaremos ao leitor uma breve introdução ao projeto democrático concebido por Chantal Mouffe; no segundo momento, dividido em duas partes, ressaltaremos as contribuições do pragmatismo de Richard Rorty para o mesmo projeto democrático, e, na segunda parte, trataremos dos elementos da abordagem de Rorty que inviabilizam a natureza do político como defendida por Mouffe. Por último, trataremos das conclusões de Chantal Mouffe acerca do pragmatismo e da abordagem política de Richard Rorty.

O projeto da democracia radical e plural

No alvorecer do século XXI, as nossas sociedades padecem com a ressignificação das identidades coletivas, além de se depararem com as novas fronteiras do político, fruto da queda do comunismo e da ausência

do conflito Democracia x Totalitarismo, embate este que, desde a Segunda Guerra Mundial, serviu como o principal limiar político para caracterizar a distinção entre, o que Carl Schmitt chamou, “amigo” e “inimigo”. A ausência dos conflitos macros de outrora e a queda do muro de Berlim em 1989 fizeram com que o cientista político americano, Francis Fukuyama, declarasse em sua obra *O fim da história e o último homem*, que estes acontecimentos não só anunciavam o fim da Guerra Fria, mas a vitória definitiva da Democracia diante o Totalitarismo.

Nesta mesma linha de pensamento, surgiram as fábulas da universalização da democracia liberal e a ideia de que não há mais nada, nenhum sistema político, que a contradiga. Para Chantal Mouffe o problema reside justamente na “morte do antagonismo”, decretada pelos liberais e fundamentada pelos ideais racionalistas, universalistas e individualistas. É esta concepção hegemônica da democracia que dificultará a compreensão da particularidade do antagonismo e sua fundamental importância para a própria existência da democracia.

Segundo Mouffe (1996), a ideia de extinção do antagonismo é perigosa, pois nos despreziona diante da manifestação de antagonismos não conhecidos, mantendo-se cega diante da particularidade do político na sua esfera conflito/decisão, assim como do papel constitutivo do antagonismo na vida social, possibilitando a disseminação da extrema-direita, bem como a propagação de identidades políticas essencialistas (étnicas, nacionalistas e ou religiosas), antidemocráticas. Uma vez que um dos pontos fortes da democracia liberal é justamente a liberdade que as instituições possuem de amenizarem e diluírem uma ideia opositora, não levando em consideração a existência inevitável dos antagonismos, ela enfrentará sérias dificuldades para gerir os conflitos.

Diante da impossibilidade de rejeitarmos a presença do conflito, torna-se imprescindível pensar de que forma será criada/mantida uma ordem democrática pluralista nestas condições. Inicialmente, Mouffe

propõe que seja feita a distinção de dois termos: inimigo e adversário. No contexto político, o outro opositor deve ser visto como adversário e não como um inimigo a ser destruído - como defende Carl Schmitt em sua obra *O Conceito do Político*. A existência do outro opositor é inevitável, e ao adversário se deve dar o direito de expressar as suas ideias, e não inibi-lo, coagi-lo ou impedi-lo.

Ao invés de compreendermos a manifestação do pluralismo combativo como uma ameaça para a democracia, Mouffe sugere que devemos compreendê-lo como a manifestação mais autêntica e fidedigna do exercício da democracia. Faz-se necessário então uma fronteira política que movimente e estimule a democracia. Para tanto é preciso redefinir a esquerda como um espaço aberto à filiação dos movimentos democráticos que desejam expressar conflitos de vontades e que sentem que seu direito de liberdade foi cassado. A valorização de uma cidadania radical é de extrema relevância, pois possibilitará uma identidade política comum, mas não neutra, às diversas lutas democráticas.

Para que ocorra o desenvolvimento das potencialidades dos ideais liberais, como liberdade individual e autonomia pessoal, Mouffe nos diz que é preciso

romper com o racionalismo, o individualismo e o universalismo. Só nessa condição será possível apreender a multiplicidade de formas de sujeição que existem nas relações sociais e facultar um enquadramento para a articulação das diferentes lutas democráticas - em torno do gênero, da raça, da classe, do sexo, do ambiente e de outros fatores. [A proposta mantida por ela] rejeita qualquer gênero de essencialismo - quer do todo, quer dos seus elementos - e afirma que nem o todo nem os fragmentos possuem qualquer tipo de identidade fixa, anterior à sua forma de articulação contingente e pragmática. (1996, p. 18-19)

Mouffe fundamenta sua crítica aos ideais universais e essencialista justamente na contradição e exclusão que estes ideais realizam diante o

caráter antagônico das relações entre os indivíduos e do político, pois aqueles ideais e as concepções universalistas e essencialistas que lhe correspondem baseiam-se em características homogêneas e unificadas, impossibilitando assim a multiplicidade de manifestações antagônicas.

A construção de um projeto democrático, tendo em vista a ideia de Democracia Radical e Plural, requer um afastamento do ideal universalista contido no Iluminismo, assim como da ideia de uma natureza humana, pois esses dois elementos se tornaram obstáculos para o desenvolvimento da política democrática. A exclusão da diferença nos dias atuais é algo inconcebível; enquanto outrora o diferente era visto e tido como um problema/erro, agora é a mola propulsora para o desenvolvimento da democracia.

Pretende-se então, alcançar o maior número de lutas e conflitos democráticos, de modo que estes sejam contemplados por esta democracia radical e façam surgir uma hegemonia de valores democráticos. Mas uma hegemonia aberta a mudanças, jamais estabelecida e ou fechada, uma, pelo contrário, que exija cada vez mais uma multiplicidade e pluralidade de conflitos, o que é, para Mouffe, a verdadeira razão de ser do político.

Sobre as contribuições e deficiências de Rorty para a democracia radical e plural

O pensamento e as contribuições de Richard Rorty estão no centro das discussões filosóficas contemporâneas. Desta forma, não é estranho que o pragmatismo abordado por Rorty tenha sido objeto de considerações de vários filósofos e cientistas políticos, tais como, Jürgen Habermas, Ernesto Laclau, Jacques Derrida entre outros. Mesmo que essas críticas e comentários persistam, não podemos negligenciar a importância e a grande influência do pensamento de Rorty, principalmente no que se refere à rejeição de uma concepção

fundacionista da filosofia, ponto compartilhado por Mouffe e apontado por esta como de fundamental importância para o desenvolvimento da Democracia Radical e Plural.

Com relação ao pragmatismo de Rorty, o problema não se refere a sua relevância para a política, que para Chantal Mouffe é inegável. Nos próximos parágrafos, apresentaremos as principais contribuições do pragmatismo rortiano sinalizadas por Mouffe para o seu projeto democrático, e em seguida passaremos aos problemas identificados por ela na abordagem de Richard Rorty, sobre o tipo de utopia liberal e de engenharia social fragmentada que este promove.

a) Sobre as contribuições do pragmatismo de Richard Rorty

Apesar de uma fragilidade nos elementos liberais da política de Rorty, isto não significa que devemos renunciar o seu pragmatismo. Para Mouffe, as premissas pragmatistas não levam “necessariamente ao tipo de liberalismo favorecido por Rorty e elas podem, por exemplo, ser articuladas com uma perspectiva radical-democrática” (1997, p. 18), fornecendo subsídios para esta. É justamente sobre este ponto, referente à articulação entre as premissas do pragmatismo rortiano e a política democrática, que teceremos alguns comentários adicionais, tendo o conjunto da discussão em conta.

Segundo Mouffe (1997), Rorty torna-se muito mais interessante quando critica as pretensões de inspiração kantiana, de filósofos como Habermas, de encontrar um ponto de vista permanente, acima da política, a partir do qual se pode garantir a superioridade da democracia. Sobre esta questão Rorty (1994, *apud* MOUFFE, 1997, p. 19) nos diz que “devemos abandonar a tarefa sem esperança de encontrar premissas politicamente neutras, premissas que podem ser justificadas para qualquer um, de onde inferir a obrigação de buscar políticas democráticas”. Para Rorty (2005), precisamos reconhecer que qualquer princípio democrático e liberal define somente um

jogo de linguagem possível entre tantos outros, sendo inútil procurar argumentos em sua defesa que não esteja condicionados ao contexto, como se fosse possível protegê-los contra outros jogos de linguagem políticos.

Sobre esta questão, Mouffe (1997) nos dirá que,

contra Apel e Habermas, Rorty argumenta que não é possível derivar uma filosofia moral universalista da filosofia da linguagem. Não há nada, para ele, na natureza da linguagem que poderia servir de base para justificar a todos os públicos possíveis a superioridade da democracia liberal. Ele insiste que prever avanços democráticos como se estivessem ligados a progressos na racionalidade não será muito útil, e que devemos parar de apresentar as instituições liberais às sociedades ocidentais como oferecendo a solução racional para o problema de convivência humana, como a solução que outras pessoas necessariamente adotam quando elas deixam de ser “irracionais”. Na sua opinião, o que está em jogo aqui não tem nada a ver com racionalidade, mas é uma questão de crenças compartilhadas. (p. 19-20)

Segundo Rorty (2005), chamar alguém de irracional neste contexto não quer dizer que a pessoa não está fazendo um uso adequado de suas faculdades, mas significa apenas perceber que tal pessoa não parece compartilhar certas crenças e desejos que tornem possível uma conversa frutífera sobre as questões em disputa. Nesta perspectiva, a ação democrática não exige uma teoria da verdade ou uma validade universal, mas sim uma variedade de práticas e movimentos pragmáticos destinadas a persuadir as pessoas a ampliarem o leque de seus compromissos com os outros, para construir uma comunidade mais inclusiva. Para Rorty, é através do sentimento e da simpatia, não através da racionalidade e do discurso moral universalista, que os avanços democráticos ocorrem.

Para Mouffe (2005), a ideia apresentada por Rorty, em seu artigo *Justiça como lealdade*, de que devemos desvincular o liberalismo

iluminista do racionalismo iluminista, é de fundamental importância diante a atual conjuntura do crescente descontentamento em direção a democracia, pois revela a limitação do racionalismo e nos leva a perceber que não será através da oferta de sofisticados argumentos racionais, nem fazendo reivindicações contextos-transcendentes da verdade sobre a superioridade da democracia liberal, que os valores democráticos serão fomentados.

Segundo Mouffe (1997), a “criação de formas democráticas de individualidade é uma questão de *identificação* com os valores democráticos, e isso é um processo complexo que ocorre através de uma diversidade de práticas, discursos e jogos de linguagens” (p. 21, grifo do autor). Neste sentido, o pragmatismo rortyano, com a importância dada aos vocabulários compartilhados, torna-se uma concepção muito mais relevante do que as teorias morais universalistas, uma vez que a questão central

não é encontrar argumentos para justificar a racionalidade ou a universalidade da democracia liberal, que seria aceitável por qualquer pessoa racional ou razoável. Princípios liberais democráticos só podem ser defendidos de uma maneira contextualista, como sendo constitutivo de nossa forma de vida, e não devemos tentar fundamentar o nosso compromisso com eles em algo supostamente mais seguro. Para garantir a fidelidade e adesão a estes princípios, o que precisamos é a criação de um *ethos* democrático. (MOUFFE, 1997, p. 21-22)

Diante o tipo de liberalismo que procura por uma justificação racional universal e acredita que as instituições democráticas seriam mais estáveis se pudesse ser provado que elas seriam escolhidas por pessoas racionais sob o véu da ignorância (Rawls) ou numa situação de comunicação sem distorções (Habermas), o pragmatismo de Rorty nos apresenta os limites das reivindicações da razão, exortando-nos a pensar em termos práticos, obrigando-nos a enfrentar os problemas

que têm de ser resolvidos a fim de reforçar a cidadania democrática. Desse modo, o que se faz necessário neste momento seria a formação do caráter ético da cidadania moderna, seria entender a cidadania como um tipo de identidade política que está em constante processo de construção e, quanto a isso, o pragmatismo rortyano torna-se uma ferramenta de fundamental importância para esta formação.

b) *Sobre as deficiências da abordagem rortyana*

O problema fundamental de Rorty, na visão de Mouffe (2005), reside no fato de que ele não reconhece plenamente a complexidade do político, sendo que isto está ligado à sua rejeição de qualquer tipo de investigação teórica sobre a natureza do político. Nas próprias palavras de Rorty podemos constatar o seu descaso com essa questão, ao dizer que a política é “uma questão pragmática, reformas e compromissos de curto prazo, é algo para ser discutido no banal, em termos familiares” (RORTY, 2005, p. 35). Neste contexto, Mouffe identifica algumas deficiências da abordagem ético-política rortyana, a saber: a separação entre o público e o privado, os perigos de complacência da utopia liberal, a rejeição da filosofia enquanto investigação teórico-prática sobre a natureza do político, e, por último, o entendimento limitado acerca dos conflitos sociais.

Sobre a separação entre o público e o privado, Mouffe compartilha a crítica apresentada por Simon Critchley em seu artigo *Desconstrucción y pragmatismo — ¿Es Derrida un ironista privado o un liberal público?*² Neste artigo, Critchley expressa a sua insatisfação diante a afirmação de Rorty (2004), em sua obra *Contingência, Ironia e Solidariedade*, de que não há maneira de unir ou conciliar os domínios público e privado, e que devemos chegar a um acordo com o fato de que temos dois

2. Neste artigo Critchley busca investigar a análise rortyana acerca do desconstrucionismo de Jacques Derrida, além de tecer algumas críticas a separação entre público e privado realizada por Rorty em seu livro *Contingência, Ironia e Solidariedade*.

irreconciliáveis vocabulários finais: um, onde o desejo de autocriação e autonomia dominam, e outro onde o que domina é o desejo de comunidade.

Para Mouffe, a distinção entre os domínios público e privado é importante, mas não devemos entendê-la como uma separação, como faz Rorty. Neste sentido, teríamos uma re-significação dos termos privado e público onde os

[...] desejos, as escolhas, as decisões são privadas, porque são da responsabilidade de cada indivíduo, mas os desempenhos são públicos, porque se exige que estejam sujeitos à condições especificadas na república. Como as regras da república não impõem, proíbem ou garantem ações ou discursos substantivos e não dizem aos agentes o que devem fazer, este modo de associação respeita a liberdade individual. Mas a pertença do indivíduo à comunidade política e a sua identificação com os respectivos princípios ético-políticos manifestam-se pela sua aceitação do interesse comum expresso na república. Fornecem a gramática da conduta do cidadão. (1996, p. 98-99).

No sujeito, essas esferas coexistem em uma constante tensão, do mesmo modo como a tensão entre liberdade e igualdade, característica da democracia moderna. A separação destas esferas como proposta por Rorty estaria em direção contrária ao projeto democrático concebido por Mouffe, pois ao invés de favorecer a tensão/conflito, estaríamos no âmbito de uma separação/apaziguamento, além de uma possível negligência com o político.

Outra questão sinalizada por Mouffe (2005) diz respeito aos perigos de complacência da utopia liberal. Esta utopia é concebida por Rorty como a visão de uma sociedade de ironistas liberais, onde o progresso para esta será alcançado mediante a universalização da sociedade liberal. O problema em questão reside no fato de que ao restringir a ironia e irônicos à esfera privada, Rorty acaba recusando a possibilidade de uma crítica da sociedade liberal através da estratégia da ironia pública. Esta estratégia

serviria para denunciar a violência dissimulada exercida pelo liberalismo. É justamente neste contexto que Mouffe enquadra a rejeição de Rorty da filosofia enquanto investigação teórico/prática sobre a natureza do político.

Para Mouffe (2005), a negação estabelecida por Rorty das fundações filosóficas da democracia é admissível, porém rejeitar a utilidade da reflexão filosófica e acreditar que nada se obtém em uma investigação sobre a natureza da democracia é inaceitável. Qualquer concepção da política democrática implica necessariamente uma certa compreensão da natureza do político. Não há nenhum terreno supostamente não “contaminado” pela filosofia, a partir do qual poderíamos falar.

Percebe-se aqui que o problema da abordagem política de Rorty reside no reformismo político concebido como reformas e compromissos de curto prazo. Ele idealiza

[...] a ética e a política - política real, em oposição à política cultural - como uma questão de atingir uma relação harmoniosa entre interesses concorrentes, e como algo a ser deliberado sobre o banal, termos familiares - termos que não precisam de dissecação filosófica e não têm pressupostos filosóficos. (RORTY, 2005, p. 42)

Porém, qual seria o motivo principal que leva Rorty conceber a política desta forma? Segundo Mouffe (2005), Rorty entende a política como algo que deve ser realizado em uma linguagem simples, direta, pública e de fácil manuseio possível. Neste contexto, os inimigos da felicidade humana seriam compreendidos apenas como ganância, preguiça e hipocrisia, não sendo assim necessária uma artilosa reflexão filosófica para tais adversários.

Observa-se aqui o entendimento limitado, por parte de Rorty, acerca dos conflitos sociais. Ele espera que, com o crescimento econômico e o desenvolvimento de atitudes mais tolerantes, a harmonia possa finalmente ser estabelecida. “Os ironistas liberais são [para Rorty] pessoas que incluem entre esses desejos, impossíveis de

fundamentar, sua própria esperança de que o sofrimento diminua, de que a humilhação dos seres humanos por outros seres humanos possa cessar” (RORTY, 2007, p. 18).

Neste sentido, Rorty torna-se incapaz de compreender o papel crucial do conflito e da função central de integração que este desempenha em uma democracia pluralista, sugerindo assim uma visão “consensual” da democracia. Segundo Mouffe,

a especificidade da democracia liberal como uma nova forma política da sociedade consiste na legitimação do conflito e na recusa por eliminá-lo através da imposição de uma ordem autoritária. A democracia liberal é, acima de tudo, uma democracia *pluralista*. [...] Consenso, é claro, é necessário, mas deve ser limitado às instituições que são constitutivas da ordem democrática. Uma democracia pluralista precisa também abrir espaço para a expressão de contestação e para os interesses e valores conflitantes. E esses não devem ser vistos como obstáculos temporários no caminho para um consenso, dado que na sua ausência a democracia deixará de ser pluralista. É por isso que a política democrática não pode ter por objetivo a harmonia e a reconciliação. (2005, p. 26 - grifo do autor)

Mouffe concluí então que, ao acreditar numa resolução final do conflito, acabamos por colocar o projeto democrático pluralista em risco. Deste modo, não podemos conceber a existência de uma pluralidade de valores sem reconhecer que eles vão entrar em conflito. Os direitos irão conflitar e uma vida democrática vibrante não pode existir sem um verdadeiro confronto democrático entre os direitos conflitantes, sem um desafio para as relações de poder existentes.

Considerações finais

Para Mouffe (2005), a política, principalmente a política democrática, nunca poderá superar o conflito. Seu objetivo é estabelecer a unidade em um contexto de conflito e diversidade, que está preocupado com

a formação de um “nós” em oposição a um “eles”. O que é específico da política democrática é o caminho diferente em que a oposição nós/ eles é desenhada, e não a sua superação. É justamente essa dimensão antagônica, designada por Mouffe como “o político”, que a abordagem ético/política de Rorty é incapaz de reconhecer, pois sua forte separação entre o público e o privado leva à crença equivocada de que as divergências podem ser relegadas para o privado e um consenso sobreposto criado em esfera pública.

No entanto, o pragmatismo rortyano e sua “proposta ‘não-fundacionista’ de uma filosofia trazida inteiramente para dentro do mundo (de nossas práticas), como interpretação e como formação (ou edificação), e não mais como uma espécie de ‘dona da razão’” (SOUZA, 2005, p. 14), torna-se um elemento imprescindível ao projeto democrático desenvolvido por Mouffe, principalmente no que se refere ao combate as tentativas universalistas e essencialistas.

A fim de impedir a exclusão do espaço democrático, é vital que abandonemos qualquer referência à possibilidade de um consenso, seja este fundamentado na justiça ou na racionalidade. Acreditar na possibilidade do consenso, mesmo quando concebido como uma “tarefa infinita”, é postular a harmonia e a reconciliação como o objetivo mor de uma sociedade democrática. Ao contrário disto, a democracia deve ser vista como aquilo que estar por vir, atravessada pela indecidibilidade.

Diante do exposto, conclui-se que uma concepção de sociedade democrática bem-ordenada, onde não há antagonismos e exclusões, ou, parafraseando Mouffe, a possibilidade da existência de um “Nós” que não implicaria na existência de um “Eles”, não passa de uma mera abstração.

Referências bibliográficas

CRITCHLEY, Simon. Desconstrucción y pragmatismo. ¿Es Derrida un ironista privado o un liberal público? In: Mouffe, *Desconstrucción y Pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Trad. Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

SCHIMITT, Carl. *O conceito do político*. Trad.

SOUZA, J. Crisóstomo de (org). *Filosofia, racionalidade, democracia: Os debates Rorty Habermas*. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

MOUFFE, C. (org). *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____ *Desconstrucción, pragmatismo y la política de la democracia*. In: Mouffe, *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____ *O regresso do político*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva. 1996.

RORTY, Richard. *Contingência Ironia e solidariedade*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____ *Notas sobre desconstrucción y pragmatismo*. In: Mouffe, *Desconstrucción y Pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____ *Respuesta a Simon Critchley*. In: Mouffe, *Desconstrucción y Pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____ *Justiça como lealdade*, 2007. Disponível em: <http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty_justica.pdf>. Acessado em: 06 de abril de 2012.